

O VOTO COMO ADESÃO

Beatriz M. A. de Heredia e Moacir Palmeira¹

RESUMO

Neste trabalho sustentamos que, ao contrário de outras atividades, a política não é pensada como uma atividade permanente. Ela se circunscreve a um período determinado, o período eleitoral, designado sintomaticamente como o tempo da política. O tempo da política representa o momento em que as facções (os partidos reais) são identificados, e em que, por assim dizer, existem plenamente, em conflito aberto. Se fora do tempo da política a facção resume-se praticamente aos chefes políticos e uns poucos seguidores, a disputa constitui um momento em que incorporar o maior número possível de pessoas torna-se essencial pelo que representa não só em termos de votos, mas de demonstração pública de força. Trata-se, nesse tipo de disputa, mais do que derrotar eleitoralmente um adversário, de fazer com que a facção confunda-se com o conjunto da sociedade.

O que procuramos mostrar foi como, nos marcos da política faccional, o voto, antes de ser uma escolha, tem o significado de uma adesão; antes de ser pensado como uma indicação de representantes ou mandatários, é concebido como gesto de identificação como uma facção; antes de consistir numa decisão individual, constitui um processo, envolvendo unidades sociais mais amplas que simples indivíduos ou redes de relações pessoais. Isso, no entanto, longe de transformar as eleições em algo secundário, indica sua importância central para a continuidade das relações sociais em determinado tipo de sociedade e sua articulação com a própria temporalidade dessa última.

Palavras-chave: Voto, Tempo da Política, Adesão.

¹ Professores da UFRJ, pesquisadores do CNPq e membros do Núcleo de Antropologia da Política (NuAP).

“Um homem, um voto. A equação simples se nos impõe com a força da evidência” - a afirmação com que Pierre Rosanvallon (1992) abre sua história do sufrágio universal na França talvez não tenha a universalidade que ele lhe atribui, mas certamente funciona como uma espécie de “lei de ferro” para a maioria dos que se dedicam ao estudo do comportamento eleitoral. Melhor exemplo não poderia haver do que o debate, ainda vivo, entre partidários da teoria da escolha racional e os defensores de uma posição contextualista. Por diferente que seja o peso atribuído à escolha consciente do eleitor ou aos condicionamentos sociais em que este a exerce², uns e outros representam o voto da mesma maneira: como uma ação individual, intencional, envolvendo escolha, voltada para objetivos precisos e previamente definidos. Essa concepção dos estudiosos tem foros de auto-evidência. Como será também evidente o seqüenciamento estabelecido entre a decisão de participar ou não do processo eleitoral e, em caso positivo, a escolha de um determinado candidato. Um seqüenciamento possível torna-se um seqüenciamento lógico.

Essa naturalização da operação social do voto não é casual. Analisando os debates parlamentares que, na França da virada para o século

² Olhando para o quadro, ao mesmo tempo amplo e bem estruturado, que Mônica Mata Machado de Castro (1992) nos traça da controvérsia em torno do comportamento eleitoral, impressiona menos a variedade de respostas formuladas pela literatura para o “paradoxo da participação” e a riqueza de interpretações sobre a direção de voto do que a sua coexistência com uma concepção absolutamente consensual e naturalizada desse mesmo voto.

Aos autores envolvidos no debate parece não faltar imaginação e ousadia no questionamento de certas idéias que o uso continuado acabou por naturalizar. Lembraríamos a imagem do eleitor isolado, questionada por Marcus Figueiredo, citado por Castro, e a dúvida bem fundada desta última a propósito da complexidade do cálculo a ser feito pelo eleitor quando toma a decisão de votar ou não. Evocaríamos também, uma certa distância que alguns críticos da abordagem custos-benefícios estabelecem entre participação no processo eleitoral e voto, quando afirmam que, “em alguns casos, participar do processo eleitoral pode significar, por si só, recompensa e não custo”. Ou, ainda, o alerta da autora do artigo: de que essa constatação implica “ampliar o conceito de utilidade esperada, fazendo-o abarcar recompensas também de cunho valorativo, ético, moral”; e sua indicação de que a diversidade de benefícios e custos sugere sua variação “por setores do eleitorado em situações socioeconômicas distintas”. Curiosamente, nada disso tem seqüências sobre o modo como os diferentes autores concebem o voto (cf. Palmeira, 1992).

XX, resultaram na adoção da cabine eleitoral, Alain Garrigou (1988) fornece uma pista interessante para pensar essa naturalização do voto: “transformando em santuário a expressão eleitoral da opinião individual, os empreendedores políticos fazem mais do que impor as condições de um voto individual. Eles impõem também uma visão idealizada da escolha pessoal” (p. 44). Segundo esse autor, a adoção da cabine, ao lado de outras tecnologias institucionais, representa “um artifício pelo qual o ato de votar é separado das outras atividades sociais, e, de algum modo, esvaziado de conteúdo social” (p. 45). Se essa análise da construção social do eleitor moderno for pertinente para o entendimento de outras experiências históricas, é possível que o consenso em torno do voto revele apenas a adequação entre o conceito e os marcos históricos e institucionais a que está referido. Ocorre, todavia, que “a separação do eleitor da ganga dos múltiplos laços que o definem socialmente” (Garrigou, 1988, p. 45) não implica a supressão desses laços³.

REPENSANDO O VOTO

Uma experiência de pesquisa⁴ fundada no pressuposto antropológico de que a percepção social que as populações têm dos processos e atividades em que estão envolvidas, bem como os significados sociais

³ É para laços desse tipo que Mônica Mata Machado de Castro aponta explicitamente na abertura de seu texto, ao lembrar que “a produção teórica não só a respeito do Brasil (...) está repleta de exemplos do voto identificado como clientelista, não-informado, errático, supostamente não ideológico”. (Castro, 1992:7)

Há situações que vão além das simples interferências de relações pré-existentes, do “tipo tradicional”, como o exercício do sufrágio universal. Hilda Sábato, questionando a pertinência da tipologia da “participação restrita/participação ampliada”, vai mostrar como, na Buenos Aires do século XIX, implanta-se um sistema eleitoral de participação ampliada, que atrai os setores populares mas não a elite dominante, que faz política por outros meios. Nesse caso, o que se tem é a incorporação do sufrágio universal, em estado quase puro, não na sua localização no centro mas na periferia do sistema político (Sábato, 1995)

⁴ Trata-se de parte da pesquisa que vimos desenvolvendo sobre concepções de política e ação sindical entre populações rurais em alguns municípios de Pernambuco e do Rio Grande do Sul, acompanhando eleições em todos os níveis entre 1988 e 2002. Este trabalho em boa parte retoma e desenvolve formulações de trabalhos anteriores (Heredia 1996, Palmeira, 1992 e 1996).

que investem em suas ações, têm conseqüências objetivas para os resultados dessas ações, sugere-nos que o voto não é necessariamente uma empresa individual, que a questão da intencionalidade pode não ser pertinente, e que não está necessariamente em jogo uma escolha; que a importância das eleições pode não se resumir à indicação de representantes ou governantes e que seqüências aparentemente naturais como as acima mencionadas podem não ser matéria de lógica, mas de "sócio-lógica".

Nas áreas que estudamos, ao contrário de outras atividades, a política não é pensada como uma atividade permanente. Ela se circunscreve a um período determinado, o período eleitoral, designado sintomaticamente como o *tempo da política*. O *tempo da política* representa o momento em que as facções (os partidos reais) são identificados, e em que, por assim dizer, existem plenamente, em conflito aberto, as municipalidades dividindo-se de uma maneira pouco habitual nas grandes cidades. Se fora do *tempo da política* a facção resume-se praticamente aos chefes políticos e uns poucos seguidores, mesmo que representando uma referência fundamental para "a navegação" social das famílias, a disputa eleitoral constitui um momento em que incorporar o maior número possível de pessoas torna-se essencial pelo que representa não só em termos de votos, mas de demonstração pública de força. Trata-se, nesse tipo de disputa, mais do que de derrotar eleitoralmente um adversário, de fazer com que a facção confunda-se com o conjunto da sociedade - ou, pelo menos, aproxime-se desse objetivo. Está em jogo, pois, uma disputa mais ampla do que a disputa eleitoral *stricto sensu*. Encontra-se em questão tanto o acesso a certos cargos de mando quanto o peso relativo de diferentes partes da sociedade, o que é decisivo para a ordenação das relações sociais durante um certo período de tempo.

Nessas circunstâncias, para além de uma escolha individual, acertada ou não, o voto tem o significado de uma adesão. O que está em jogo, numa eleição, para o eleitor - e a palavra serve para designar tanto

aquele que está legalmente habilitado a votar quanto qualquer membro da comunidade a quem o processo eleitoral possa interessar - não é escolher representantes, mas situar-se de um lado da sociedade que, como lembramos acima, não é um lado fixo. E, em se tratando de adesão, tanto quanto o voto, pesa a declaração pública antecipada do voto. Diferentemente do que nos acostumamos a ver nas grandes cidades, o fato de alguém ter um cartaz, uma fotografia ou o nome do candidato na porta da sua casa, equivale a uma declaração de voto. E, mais ainda, consiste numa sinalização de que o dono da casa acompanha⁵ uma determinada facção. Manipulações dessa associação entre a propaganda na fachada e o voto - como a dos candidatos que distribuem cestas de alimentos nos meses que antecedem as eleições entre famílias das "periferias" e se valem daquele expediente de identificação dos beneficiários para criar a imagem de um apoio amplo a sua candidatura - só servem para confirmar sua eficácia⁶. Eficácia tanto maior quanto, ao "emprestar" seu nome ou seu rosto, com intenção manipulatória ou não, o candidato beneficia-se da coerção moral da adesão pública reconhecida no "retrato na porta". O fato de não ter título de eleitor, o que não é pouco freqüente, não é suficiente para afastar alguém da campanha eleitoral, e muito menos serve de álibi para sua eventual não-parti-

⁵ O verbo *acompanhar* define melhor do que *pertencer* o tipo de relação que um simples eleitor mantém com uma facção política. Não se trata de pertencimento como no caso daqueles que estão incorporados ao séquito do chefe político. O que está em jogo é uma espécie de convivência assimétrica com aqueles com quem esse eleitor estabeleceu um *compromisso*. Se, num modelo ideal, um eleitor tem com o seu partido político uma relação de pertencimento em nada diferente do político em quem ele vota, o compromisso em pauta nas situações estudadas não assegura qualquer relacionamento desse tipo entre o eleitor e o político. O que ele produz para o eleitor é uma referência para suas ações cotidianas e uma instância legítima (porque fundada numa relação de reciprocidade) a quem recorrer em situações de precisão.

⁶ Nesse período, mais do que em qualquer outro momento, as pessoas estão atentas a determinados sinais. O depoimento espontâneo, em tom de advertência a um candidato ausente com quem nos identificava, de um dono de hotel numa cidade do sertão de Pernambuco, poucas horas depois de fechadas as urnas em 1988, é revelador: "A gente aqui no interior se acostuma com essas coisas de eleição. A gente percebe quando a coisa está virando. Avisei a Catinho que é meu amigo. A gente vai todo dia à cidade. Eu mesmo vou três vezes por dia. E a gente vai vendo que tem cartaz que está desaparecendo, comício que fica menor, entusiasmo que diminui, povo que vai falando menos do candidato..."

cipação. Em situações como essa, a decisão de votar pode ser posterior à adesão a uma candidatura.

Se o voto-escolha é uma decisão - uma decisão individual, tomada com base em certos critérios, em um determinado momento -, a adesão é um processo que vai comprometendo o indivíduo, ou a família, ou alguma outra unidade social significativa, ao longo do tempo, para além do *tempo da política*. Mas este é um processo diferenciado, que assume feições diversas para diferentes posições ou categorias sociais, e que pode assegurar maior ou menor margem de escolha e de individualização.

COLONOS E SITIANTES

Esse processo - visível, por assim dizer, a olho nu nas ruas das sedes dos municípios estudados- pode ser acompanhado em toda sua extensão nas chamadas "áreas rurais" desses municípios: *sítios*, no caso nordestino, *linhas* na área colonial gaúcha⁷.

Há, seguramente, diferenças importantes entre os modos de vida do noroeste riograndense e dos trabalhadores agrícolas dos engenhos de açúcar e pequenos agricultores do agreste e sertão pernambucano. Mas não é menos verdade que há continuidades expressivas.

Se as linhas - conjunto espacial de unidades de residência cercadas por suas parcelas de cultivo situadas ao longo de uma estrada - em que se agrupam os pequenos produtores gaúchos são regularmente dotadas de um centro definido (capela, salão, escola), isso nem sempre ocorre com os sítios - conjunto de pequenas parcelas de cultivo e unidades de residência de pequenos produtores - que, mesmo quando concentradas, podem não ter um tal centro. Não obstante, nos dois casos, estamos diante de um conjunto de unidades de residência compostas basicamen-

⁷ Para uma análise da configuração histórica das linhas, ver Seyferth, 1990; para uma análise etnográfica dos sítios, consultar Heredia, 1979.

te por pai, mãe e filhos solteiros. Essas unidades estão freqüentemente ligadas entre si por relações de parentesco, de modo que a maior parte dos que residem num mesmo local são simultaneamente vizinhos e parentes.

A posição que cada membro do grupo doméstico ocupa dentro dele está estreitamente ligada às atividades que são realizadas no âmbito da parcela familiar e/ou na casa. O reconhecimento social da participação num desses espaços — *roçado ou roça/casa* — e a responsabilidade pelo mesmo, delimita as esferas masculina e feminina e, simultaneamente, aquilo que se considera como *trabalho* e aquilo que não é assim considerado.

Em que pesem as diferenças quanto aos procedimentos agrícolas e a tecnologia utilizada, o trabalho no *roçado* ou na *roça*, responsável pelo abastecimento de produtos considerados prioritários para o consumo familiar, tem um caráter dominante frente à *casa*. O pai de família é responsável pelas atividades nesse domínio e, nessa condição, representa o grupo doméstico frente ao mundo exterior. Pois é fora que se manifesta a autoridade existente no interior do grupo doméstico, cabendo ao pai de família toda a gestão da relação com o exterior, o que, dependendo das circunstâncias, inclui tanto as relações com as unidades domésticas vizinhas, como aquelas com a vila e a cidade.

A venda de produtos — especialmente daqueles que põem em evidência a sua existência enquanto pequeno produtor e que, por isso, simbolizam a autonomia dessas unidades⁸ — sendo de responsabilidade masculina, é feita exclusivamente pelo chefe de família. Esse princípio se aplica independente do lugar físico onde se realizem essas transações; ocorra na cidade ou na porta de casa, a venda de produtos é sempre de responsabilidade masculina. Como as demais atividades públicas, a polí-

⁸ Há variações nas regiões estudadas. No caso de Rio Grande do Sul, os produtos que expressam a condição de pequeno produtor são representados pelo milho, feijão e também soja, produto comercial por excelência, mas nem sempre presente. Já no caso de Pernambuco, se é o conjunto dos produtos do *roçado* que assegura a reprodução econômica dessas unidades, a mandioca ocupa entre eles um lugar central e, como tal, é ela que expressa a condição camponesa.

tica e tudo o que ela envolve – desde conversas até a decisão do voto – é também masculina⁹.

A POLÍTICA NA FAMÍLIA E NA VIZINHANÇA

Mesmo sendo o voto, legalmente, um ato individual, a ligação estabelecida por um chefe de família, conforme o esquema de autoridade que acabamos de descrever, compromete automaticamente o conjunto do grupo doméstico. Isso é reconhecido pelos próprios chefes de família, em fórmulas do tipo: “Na minha casa o deputado X tem 5 votos”. Mas também por parentes e vizinhos, e até pelos próprios candidatos, quando dizem que: “O candidato tal tem os votos de fulano”. As mulheres, por sua vez, deixam claro que se trata de uma responsabilidade masculina, como a esposa que afirma: “Não sei ainda em quem vou votar porque meu marido ainda não resolveu”. Ou a filha, que ainda mora com o pai: “Em casa falamos sobre os candidatos, mas é o meu pai que diz em quem vamos votar e que devemos votar todos juntos”.

Formulações desse tipo, como outras tantas, expressam a unidade da família. Aqueles chefes de família que não conseguirem os votos que afirmam ter, ou que se supõe que tenha, ficarão desmoralizados tanto em suas casas quanto diante de vizinhos e parentes. Na verdade, mais do que definir o voto da mulher e dos filhos, o pai gerencia os votos dos membros da família (sempre pensados em termos de “voto da família”). Há situações em que gerenciamento e definição quase se confundem, mas esta não parece ser a regra.

Muitas vezes é o pai quem toma a iniciativa de dividir os votos da família. Isto acontece quando ele próprio está ligado por favores ou compromissos anteriores com diferentes candidatos. Essa opção pela divisão

⁹ O que está em jogo não é a condição de homem ou mulher, mas sim o desempenho de funções tidas como masculinas ou femininas. Assim, por exemplo, viúvas que não têm como apelar a filhos ou parentes para encarregarem-se das atividades consideradas masculinas, realizam-nas elas próprias, legitimadas pelo fato de ocuparem posição masculina de chefes de família.

dos votos tem como limite o número de membros da família legalmente habilitados a votar. Isso pode gerar certas preocupações, como aquela, expressa pela filha de um pequeno produtor gaúcho, de que a divisão dos votos no interior da família pudesse anulá-los reciprocamente: "O pai disse para a gente qual é o melhor candidato, e às vezes a gente diz para ele que tem outro candidato que é melhor, mas ele diz que se a gente dividir os votos, acaba que cada um, votando num candidato diferente, anula o voto do outro"¹⁰.

Situações mais tensas são aquelas em que algum dos filhos, mesmo morando na casa paterna, e portanto sob sua autoridade, tem emprego fora e mantém relações pessoais que não passam pela mediação do pai. Em tais circunstâncias, pode sentir-se autorizado a votar independentemente, provocando eventualmente dissensões sérias dentro da família. Mas a reação do pai pode contornar o conflito, transformando o que seria a regra legal numa exceção consentida, como fez um pequeno agricultor pernambucano ao admitir que o filho, que trabalhava numa empresa de ônibus, votasse no patrão candidato a vereador, dizendo simplesmente: "seu voto é livre".

A política é uma atividade masculina, mas isto não significa que as mulheres não falem de política. As mulheres tecem comentários, falam informalmente do assunto, mas a elas não é socialmente reconhecida a legitimidade de expressar publicamente sua preferência individual e, muito menos, de decidir acerca do voto da família¹¹.

É possível observar que as mulheres, no interior de suas casas, junto ao marido e aos filhos, falam de política. No caso de grupos do-

¹⁰ Se esta é uma questão que se põe para os jovens - que não têm o saber e nem a responsabilidade da política - para o pai ela talvez funcione como um argumento de convencimento, já que o que importa é a "localização" da família e, desse ponto de vista, a "anulação" - por manter seu relacionamento com múltiplos políticos - pode mostrar-se, embora não necessariamente, vantajosa.

¹¹ Foi o contato de muitos anos dos pesquisadores com uma das regiões estudadas - zona da mata de Pernambuco - que permitiu a observação do que acontece no interior do grupo doméstico, contornando a dificuldade advinda do fato que, em princípio, não se discute política com estranhos.

mésticos que dispõem de rádio ou televisão, o momento da propaganda eleitoral constitui um evento especial. Os membros do grupo reúnem-se para ouvir informações políticas, que escutam atentamente e comentam entre si, contestando o que ouvem e, inclusive, rindo das "mentiras" ditas pelos políticos. Outros momentos em que as mulheres falam de política são as refeições e na volta do roçado, no momento de descanso diário, ocasiões em que fazem comentários sobre as simpatias ou antipatias pelos candidatos, sobre o voto dos vizinhos e o que o motiva, e ainda sobre as casas visitadas pelos candidatos, o que eles oferecem etc.

É freqüente encontrar mulheres falando sobre política com as vizinhas enquanto desempenham as atividades cotidianas tais como lavagem de roupa, quando vão à casa das vizinhas e parentas para pedir algo emprestado, e em várias outras circunstâncias desse tipo. Nessas ocasiões, comentam especialmente os comícios, as visitas de candidatos, os votos dos seus vizinhos e parentes, ou ainda as "fococas" e detalhes da trajetória de alguns candidatos que elas já conhecem por sua atuação anterior. No entanto, se estão fora de casa, em espaços públicos como a feira, por exemplo, falam pouco, e sempre em voz baixa. Comentam fatos correntes, mas sempre na ausência de homens. Se um deles está presente, apenas escutam. Mesmo dentro de casa, na presença de um homem de fora, apenas o chefe de família falará, enquanto as mulheres se limitarão a ouvir. Tivemos oportunidade, tanto em Pernambuco quanto no Rio Grande do Sul, de participar de algumas festas da comunidade durante o período eleitoral. Nelas, pudemos observar que homens e mulheres se reúnem em rodas separadas. Nas pequenas rodas de mulheres, quase todas vizinhas e/ou parentes, faziam-se comentários sobre os políticos, porém nunca na presença de homens, mesmo que estes fossem conhecidos. Para citar apenas um exemplo, num percurso de ônibus de uma cidade à outra, no interior da região da mata de Pernambuco, a pesquisadora puxou conversa com uma mulher sentada ao seu lado. Ela

foi bastante falante sobre outros assuntos, mas, ao se referir à política, foi relutante: "Eu não sou da política, não sei em quem vou votar, nós não resolvemos ainda, meu marido diz que não resolveu ainda, e o que ele resolver, eu vou junto"¹².

Como vimos, há um processo de estabelecimento de laços que passa por certas "lealdades primordiais", pela solidariedade familiar, por relações de parentesco, amizade, vizinhança. Nesse tipo de sociedade, a vinculação familiar é, particularmente, muito importante. Mesmo quando não está em jogo a militância permanente numa facção, as obrigações sociais que alguém tem para com membros de sua família estendem-se à esfera política. Há uma expectativa geral de que um candidato conte com os votos de seus parentes e, com relação ao eleitor individual, de que ele, tendo parente candidato, conceda-lhe seu voto. Como já ressaltava a literatura (Pereira de Queiroz, 1976), dispor de uma família grande ou contar com uma extensa parentela, hoje como no passado, é um capital político não desprezível para quem disputa um cargo eletivo. Mas esse condicionamento familiar não é absoluto.

A política interfere também nas relações mantidas entre diferentes unidades domésticas, especificamente por seus chefes. Por ser o voto a expressão de uma ligação com um candidato em particular, independentemente de plataforma e partido, envolvendo lealdades pessoais, não se critica a opção feita pelos demais chefes de família, sejam eles parentes ou vizinhos, pois se reconhece socialmente o compromisso estabelecido por cada um. Dependendo do grau de parentesco ou da intensidade da militância de alguém na facção liderada por um parente seu, é considerado indelicado abordá-lo para pedir voto para outro candidato. Decorre disso o fato de as conversas sobre a "política" e os "políticos" serem sempre genéricas quando se fala com pessoas cuja decisão política se

¹² Esse "ir junto" com o marido talvez ajude a esclarecer melhor o que está em jogo quando o eleitor diz que acompanha um determinado político. Não se trataria propriamente de uma escolha, mas sim de dar prosseguimento a uma relação estabelecida e naturalizada (cf. nota 4).

desconhece. Essa generalidade marca tanto as conversas com desconhecidos que se encontram na feira, no sindicato ou nas vendas, quanto ainda aquelas com conhecidos que se sabe terem compromisso com outro candidato. É esta a razão pela qual, salvo quando há concordância quanto à escolha do candidato, ou quando se sabe estar falando com alguém que não tem compromissos assumidos (existindo portanto a possibilidade de se ganhar um voto), não se discute política com conhecidos, em especial vizinhos e parentes. É mesmo freqüente que, no período de eleições, irmãos, chefes de família, pertencentes a grupos domésticos distintos, deixem de visitar-se por terem vínculos com candidatos diferentes. A declaração pública do voto revela precisamente o reconhecimento da legitimidade da decisão tomada pelo chefe de família e também desobriga-o com relação ao candidato do vizinho.

Durante o período eleitoral, exacerba-se a disputa por reputação dentro da comunidade (Bailey, 1971). No *tempo da política*, os políticos visitam as localidades e vão às casas das pessoas. A freqüência dessas visitas e a variedade de candidatos que procuram um chefe de família são signos de seu prestígio aos olhos da comunidade, gerando uma certa disputa entre eles, que contabilizam o número de visitas de candidatos recebidas. Por sua vez, a falta de prestígio é expressa na formulação ouvida com tanta assiduidade: "Ninguém veio na minha casa". O prestígio, contudo, pode ser também revelado pelo número de consultas por parte de vizinhos e parentes sobre o candidato em quem votar, e ainda pela designação para convocar as pessoas para reuniões com candidatos. Este último caso é expresso pela fala de um delegado sindical a quem se atribuiu uma incumbência desse tipo: "Esta noite vou testar meu prestígio".

AJUDA, DÍVIDA, COMPROMISSO

Parentes ou não, as pessoas relacionam-se, no dia-a-dia, por meio de múltiplos fluxos de trocas que, confirmando ou não relações

preexistentes, as vão vinculando umas às outras, e cuja interrupção é capaz de gerar conflitos ou redefinir clivagens no interior de uma comunidade. Via de regra, estão em jogo ajudas ou pequenos favores, que vão sendo saldados ao longo do tempo e que permitem a inversão freqüente das posições de quem dá ou recebe. Mas há também grandes favores ou ajudas maiores, que são buscados fora, junto a quem, por dispor de dinheiro, prestígio ou de um capital de relações pessoais suficiente para mobilizar recursos de diferentes espécies, tem condições de atender às solicitações feitas. Esses favores — como, por exemplo, emprego público para um membro da família; atendimento gratuito num hospital privado ou atendimento especial num hospital público; um grande empréstimo em dinheiro, serviços advocatícios gratuitos e coisas que tais — não têm como ser “pagos”, recompensados no cotidiano.

A ajuda da mulher e filhos ao pai¹³ é retribuída com o seu trabalho, representado como o responsável pelo sustento de todos, e, portanto, não apaga a dívida permanente que os primeiros têm para com ele e para com o grupo doméstico que encarna. A ajuda entre parentes e/ou vizinhos, ou mesmo entre pessoas mais afastadas, é retribuída por uma ajuda equivalente, mas que já induz uma nova ajuda, garantindo-se a continuidade da relação. Mas a ajuda de um político tem algumas características próprias. Se toda ajuda gera uma dívida moral, aquela recebida de um político é de difícil retribuição.

Favores ou ajudas, grandes ou pequenos, supõem, de um lado, um pedido e, de outro, uma promessa — ou seja, diferentemente de outras formas de reciprocidade, supõem o empenho da palavra das duas partes; portanto, promessas recíprocas (a promessa da retribuição e a promessa do atendimento). A reiteração dessas trocas dentro de um mesmo circuito, mesmo naqueles casos em que não há um empenho explícito e público da palavra, é reconhecida como algo que cria um com-

¹³ “Ajuda” designa aqui o trabalho realizado pela mulher e os filhos no roçado familiar.

promisso, um vínculo que envolve a honra dos parceiros. Na hora de votar, as pessoas *acompanham* a facção a que pertencem ou em que votam as pessoas com quem têm compromisso (com quem estão comprometidas e/ou com quem se sentem comprometidas).

Assim, a eleição pode ser um momento, se não de saldar, pelo menos de amortizar parte da dívida, a ajuda sendo retribuída com o voto, uma retribuição que abre perspectivas de novas ajudas¹⁴.

DISTRIBUIÇÃO DE BENS E “COMPRA DE VOTO”

Por outro lado, como as próprias ações supõem promessas recíprocas (a promessa do candidato e a promessa do eleitor de votar nele), elas se enquadram no modelo do favor/ajuda. Assim, mesmo quando não há compromissos preexistentes, as ações políticas são capazes de gerar compromissos. E boa parte da arte do político consistirá em conquistar adesões por meio de compromissos criados por sua própria ação na *época da política* (i.e., criados na própria campanha).

É nesse contexto que se pode pensar a distribuição farta de diferentes tipos de bens, do dinheiro ao colchão, que marca as disputas eleitorais no interior. O recebimento de um bem material, no *tempo da política*, tanto quanto de um serviço pensado como favor ou ajuda, fora do

¹⁴ Formulações como a de um pequeno agricultor gaúcho – “Vou dar meu voto a ele porque me comprometi; ele me ajudou.” – talvez seja o que mais se escute como justificação de voto nas campanhas eleitorais das áreas que estudamos. Se, na maioria dos casos, o favor recebido não é explicitado há vezes em que ele é lembrado com precisão. Um jovem do Rio Grande do Sul disse do voto do pai: “Meu pai vai votar em X porque lhe deve muitos favores. Quando eu estava doente, ele levava a gente para o hospital”. Muitas vezes, a dívida é assinalada, mesmo o favor não sendo revelado, com maior eloquência ainda, como fez um camponês do sertão pernambucano: “Tenho um primo que é candidato a prefeito, mas não voto nele. Meu voto está prometido a João. Se meu pai ou minha mãe fossem candidatos, ainda assim votaria em João. Devo um favor”. A própria mudança de voto pode ser justificada por favores, como o faz outro pernambucano que, na véspera da eleição, mudou seu voto porque um candidato do partido adversário socorreu um irmão seu acidentado: “Um favor desses a gente tem que pagar”. Mas talvez o melhor exemplo da completa naturalização da relação favor-voto seja a manifestação de rebeldia de um chefe de família gaúcho que se recusava a votar em um benfeitor da capela local: “Eu não voto nele. Por que eu devo votar nele se eu não lhe devo nada?”.

tempo da política, faz o eleitor sentir-se comprometido com o candidato doador¹⁵.

Essa distribuição de bens é inerente ao processo eleitoral tal como concebido nas áreas estudadas. Não por acaso, não apenas os que vêm de fora o processo político local, mas também pessoas e grupos nele envolvidos, diretamente, referem-se com grande frequência à “compra de votos” ou ao “voto por dinheiro”, quando não à sua mercantilização e à força crescente do “poder econômico” nas eleições. E mais: há uma tendência nítida, entre essas pessoas e grupos, de apontar qualquer tipo de transação material como implicando, em última instância, determinados valores monetários e, portanto, como sendo um processo de compra e venda.¹⁶

Engana-se, todavia, quem achar que observadores de fora e participantes do processo estejam dizendo a mesma coisa. No caso dos primeiros, está em jogo a denúncia de procedimentos tidos como espúrios. No caso dos últimos, está em jogo o uso de uma retórica capaz de atrair apoios externos contra as possibilidades de uso indevido de instrumentos que sempre foram acionados em processos eleitorais, mas que, usados em desmedida, podem provocar desequilíbrios ameaçadores não apenas das eventuais chefias políticas como do próprio significado social das eleições para essas populações. Engana-se, portanto, uma segunda vez, quem pensar que a “compra de voto” é privilégio de uma ou outra facção política; e uma terceira vez quem achar que a denúncia de compra de

¹⁵ Aliás, a melhor prova da eficácia desse compromisso são os resultados desastrosos para alguns partidos ou candidatos de esquerda da orientação que dão de “pegar o dinheiro ou o que for oferecido e votar no candidato identificado com sua classe ou no candidato de sua consciência”. A menos que o autor da consigna tenha um carisma verdadeiramente extraordinário - capaz de fazer com que sua recomendação seja percebida como uma ordem tão legítima que se possa sobrepor aos critérios correntes de legitimidade e honra pessoal, embutidos na palavra empenhada - o recebimento de um bem leva o eleitor a votar “naturalmente” no seu doador.

¹⁶ A tese da substituição do “voto de cabresto” pelo “voto-mercadoria”, traduzindo no plano político a monetarização da economia, foi desenvolvida por Roberto Cavalcanti de Albuquerque em sua introdução a *Coronel, Coronéis* (Vilaça e Albuquerque, 1965). Ver, no mesmo sentido, Sá, 1974.

votos é exclusividade de algumas delas. Com exceção de uns poucos e pequenos partidos ou grupos políticos programáticos, o que é condenado é o uso do dinheiro ou de outros bens, sem a mediação do compromisso, para desfazer compromissos preestabelecidos, como modalidade exclusiva ou principal do esforço para obter votos; ou a utilização de quantidades de dinheiro no processo eleitoral não proporcionais à capacidade financeira dos demais candidatos; ou, ainda, a mercantilização de certos elos das redes sociais que se estabelecem no *tempo da política*, até então preservados. A doação pelo candidato de uma certa quantia de dinheiro a seus cabos eleitorais (mesmo estimando que haja um preço médio por eleitor) para despesas de campanha em sua área de atuação, assim como a distribuição de refeições ou a doação de pequenas quantias a possíveis eleitores, é considerada absolutamente natural. Entretanto, é condenável dar mais dinheiro ao cabo eleitoral de um adversário para que ele, virando de lado, aberta ou disfarçadamente, passe a fazer essas mesmas coisas a seu favor. Como também é condenada a distribuição direta de somas consideradas elevadas, condicionadas ao voto; os gastos excessivos com propaganda; ou ainda a distribuição ilimitada de certos bens, como as camisetas com nomes de candidatos. É curioso que, ao "voto comprado", se contraponha o "voto consciente", expressão do vocabulário das formações políticas de esquerda para designar o voto ideológico, mas que, aqui, passa a significar voto numa facção, aquela que, no momento, está empenhada em estigmatizar os ganhos eleitorais do adversário.

PEDIR E RECEBER

A distribuição dos bens suscita outras questões, talvez menos importantes do ponto de vista do observador externo, mas, seguramente, socialmente mais críticas para os atores envolvidos. No cotidiano, a doação de um bem ou a concessão de ajuda é parte da relação que se estabe-

lece entre duas pessoas (amigos, vizinhos, parentes), e seu ponto de partida é um pedido. Não é diferente com os políticos, assediados com frequência por pedidos de seus eleitores. Isso não ocorre de qualquer maneira. Há pedidos que são vistos como legítimos: por exemplo, os de interferência para facilitar a obtenção de documentos pessoais ou para regularizar a situação jurídica da terra ou da casa. Mas há outros que podem tornar pública uma situação de penúria e, assim, pôr em causa a reputação dos chefes de família que os solicitam. É o caso dos pedidos de ajuda para construir a casa ou pagar contas ou impostos. Como cabe ao chefe de família construir a casa onde mora, não fazê-lo e transferir essa responsabilidade a um estranho equivale a declarar publicamente falta de condições para sustentar sua própria família, a abrir mão de sua autonomia.

Na *época da política*, ao mesmo tempo que se tornam mais frequentes essas solicitações, opera-se uma espécie de inversão: agora, são os políticos (candidatos) que tomam a iniciativa de doar¹⁷. Se isso faz com que o recebimento de certos bens, visto no cotidiano como ilegítimo, torne-se aceitável, passam a ser mais tensas e dramáticas para os atores as ações, aparentemente tão simples, de dar e receber, pois a avaliação social diferencial dos bens e o modo como as atividades sociais são ordenadas por gênero não desaparecem.

Nesse quadro de pedidos e doações generalizados, as mulheres, com sua circulação social restrita, via de regra, ao grupo doméstico e à vizinhança, sentem-se autorizadas a pedir a — mas sobretudo a receber doações de — estranhos (políticos), ainda que dando preferência ao contato com doadoras mulheres (candidatas ou esposas de candidatos), e respeitando a diferença socialmente reconhecida entre bens “masculinos” e “femininos”. Es-

¹⁷ Na verdade, nas últimas décadas, a assistência oferecida por prefeituras ou políticos individuais a pessoas ou famílias “carentes” fora do *tempo da política* tem se rotinizado. Mas continua a haver uma diferença marcante de intensidade entre as doações a partir de pedidos individuais e a distribuição em massa de certos bens, quando se compara o cotidiano e o período das eleições.

pera-se que recebam ou solicitem coisas tipicamente femininas — aquelas que, no interior do grupo doméstico, são supridas por elas, ou cuja aquisição seja de sua responsabilidade, como se dá com remédios ou material escolar para os filhos. Há todavia certos bens — como cimento ou tijolos — cujo recebimento continua sendo monopólio masculino. É verdade que a maior propensão da mulher, nessa sociedade, a pedir ou receber doações (pois o que para o homem é ameaça de degradação social vê-se neutralizado, em seu caso, pela posição de receptora que ocupa no grupo doméstico), faz com que se sinta motivada a receber, ou a estimular o marido e os filhos a fazê-lo, não importa o quê. Entretanto, o respeito à autoridade masculina e a avaliação social dos bens por ela (e por ele) internalizada funcionam como obstáculos poderosos. A ameaça de transgressão desse limite é fonte de conflito dentro das famílias durante a *política*, tão mais provável quanto mais ambígua seja a natureza concebida de um bem. Assim, ir para a “fila do colchão”¹⁸ pode suscitar discussões familiares acirradas sobre a legitimidade de, mesmo no *tempo da política*, alguém obter um objeto tão íntimo de um político — visto como distante, “de fora”, mesmo quando nascido e criado no lugar — e, ainda mais, enfrentando uma fila pública que o põe (ou, o que é mais comum, a põe, já que homens se dispõem a enfrentar a “fila do cimento” mas, dificilmente, a do colchão), numa situação de indigência aos olhos da comunidade. Do lado do político, é indispensável a preocupação com a adequação entre o que doa e os atributos sociais de quem recebe. Doar errado pode resultar em perda de votos.

LUTA POR ADESÕES

Como o que está em jogo não é uma escolha, mas uma adesão, o voto não suscita a elaboração de critérios prévios, como no voto-escolha, em que se espera do eleitor que seja capaz (sob pena de ser considerado

¹⁸ A referência é às filas que se formam, sobretudo, na época de eleições, nos comitês eleitorais ou na casa dos políticos, para o recebimento de bens.

um indeciso) de listar os atributos do candidato ou do partido de sua preferência, ou suas próprias motivações pessoais para escolher A e não B. Nas situações estudadas, ou se tem uma espécie de declaração prévia de adesão a uma facção, na forma de compromissos publicamente conhecidos, da manipulação de emblemas (como os cartazes afixados na frente das casas e o uso das cores de um determinado partido ou candidato), ou ainda da freqüentação dos locais identificados durante o *tempo da política* a uma determinada facção; ou, então, tem-se a justificativa, quase sempre *a posteriori*, não do voto, mas do voto que não foi dado.

Essa última alternativa expressa, ao mesmo tempo, a necessidade imprescindível para todo e qualquer eleitor de situar-se numa das partes em que se vê cindida a sociedade, e o conflito entre os compromissos ou “lealdades primordiais” e os compromissos políticos. Frases como “Sou seu amigo, lhe devo favores, mas tive que votar em Fulano porque me fez um favor muito grande”; “Sempre acompanhei o nosso partido mas, este ano, votei no outro partido porque meu irmão se candidatou...”; ou “Nem que meu pai mandasse, eu não votaria num candidato desse partido”, ditas por eleitores, não apenas a candidatos — o que é inteiramente compreensível numa sociedade em que todos praticamente se conhecem — mas a não importa que interlocutor, são moeda corrente nos dias que antecedem e sobretudo nos dias que se seguem às eleições. Como esses conflitos são resolvidos, isto é, como se chega aos arranjos indicados nessas justificativas, é um outro capítulo.

Ao contrário da simples confirmação do mando de um determinado chefe político ou facção sobre uma mesma clientela, as eleições são a ocasião, por excelência, para as migrações entre facções. O *tempo da política* é o tempo em que são possíveis novos rearranjos de compromissos, ou em que são formalizados aqueles ocorridos entre duas eleições e que, de outra forma, continuariam sendo lidos como ingratidões ou traições. Mesmo quando o resultado é a confirmação do mando da mesma facção, esses movimentos são fundamentais. Entre duas eleições, muita coisa se

passa: conflitos interpessoais inviabilizam a permanência de duas pessoas na mesma facção; favores de diferentes fontes criam para um mesmo indivíduo ou para uma mesma família conflitos de lealdade, e assim por diante. O *tempo da política* é que vai permitir mudanças de fronteira capazes de readequar a sociedade à imagem que esta faz si própria.

A busca de adesões não passa, então, pela caça ao eleitor indeciso. Esta, aliás, é uma figura política inexistente nesse tipo de comunidade. A indecisão - o "não sei em quem vou votar" - é automaticamente associada ao voto não declarado na outra facção. O eleitor disputado pelos candidatos e seus partidários é o eleitor de voto múltiplo (i.e., aquele que, por sua inserção social, define seu próprio voto e o de pessoas a ele vinculadas por algum tipo de lealdade), envolvido em ou administrando conflitos capazes de justificar mudanças de lado: é o pai de família enredado por compromissos com diferentes pessoas e que poderá, quem sabe, dividir organizadamente os votos de seus dependentes; é o sindicalista por alguma razão incompatibilizado com o político em quem votou na eleição anterior; é o cabo eleitoral "profissional" preterido por seu chefe em favor de algum desafeto; é o líder de um novo grupo religioso, ávido por estabelecer compromissos que o legitimem.

Mas, hoje em dia, a luta mais intensa por adesões, ou simplesmente por votos, se dá além desses limites e em termos que invertem a busca tradicional de adesões. Nas últimas décadas, contingentes crescentes de trabalhadores rurais transferiram-se de fazendas, sítios e povoados para as chamadas "periferias", "bairros" ou "favelas" das cidades do interior. Se, em certas áreas, mesmo fora da terra, esses trabalhadores permaneceram na atividade agrícola e até mesmo mantiveram seus postos de trabalho, ocorreu freqüentemente uma diversificação de atividades e uma grande mobilidade em busca de emprego ou terra para arrendar. Nesse último caso, a referência oferecida pelas facções deixou de operar nos mesmos termos que anteriormente. Por um lado, situações de desemprego e suas seqüelas, ou mesmo crises de outra natureza, geraram uma demanda indi-

vidualizada crescente de assistência diante das prefeituras ou dos políticos dos municípios; por outro lado, esse mesmo fato e mais a mobilidade dessas populações tornaram mais difíceis as possibilidades de compromissos. Os compromissos tornaram-se, então, mais estritamente eleitorais.

Ainda uma vez, todavia, não estará em jogo o “eleitor indeciso”, mas o eleitor potencial “em disponibilidade”. Disponibilidade relativa, lembre-se de passagem, pois, embora se trate de alguém social e, muitas vezes, espacialmente deslocado, os códigos culturais manipulados permanecem os mesmos. Não é por acaso que os candidatos continuarão a abordá-lo nos mesmos termos que abordam não importa que eleitor, valendo-se de ajudas, favores, promessas, capazes de fazê-lo sentir-se comprometido com eles. Se o “voto por dinheiro” ou a “compra de voto” encontra melhores condições formais para se tornar uma realidade, essa não é, ao menos por enquanto, a mudança fundamental.

A grande inversão operada pela caça ao voto nas “periferias” será exatamente a procura do voto de quem não tem vínculos. Não com um apelo categorial aos “trabalhadores rurais expulsos” ou algo que o valha, mas com a tentativa de comprometer individualmente eleitores enquadrados socialmente por novos recortes sociais. É o caso das “mulheres largadas”, efetivamente numerosas na cidade cujo processo eleitoral um de nós acompanhou pessoalmente, no sertão de Pernambuco. Como, habitualmente, a negociação do voto passa pelo homem, chefe de família, a mulher inexistente enquanto eleitora individual. A condição de “largadas”, i.e., abandonadas por maridos e não reabsorvidas pelas famílias de origem, torna esposas e filhas existentes para o processo eleitoral. Desprovidas da experiência masculina da negociação do voto, elas se tornam um dos públicos selecionados para a atividade de candidatos que querem fazer pender a seu favor a balança que as ocorrências inter-eleitorais e a campanha desenvolvida nos moldes habituais inclinariam para o outro lado. A subversão representada pelo voto conservador da “mulher largada”, dos “desempregados” (geralmente, os desempregados da fir-

ma tal), dos “velhos”, dos “que não são daqui”, transparece na denúncia que fazem da “compra do voto” — que encontraria nas “periferias” a sua realização mais completa — tanto os chefes políticos mais “tradicionais” quanto sindicalistas e militantes de esquerda, e em seu elogio comum à “sinceridade do voto do campo”.

A associação entre voto e cidadania tornou-se automática para nosso senso comum intelectual. Talvez, pelo papel histórico que representou em muitos países. Na verdade, sempre que socialmente assumida, essa vinculação tem tido conseqüências importantes para o desenvolvimento da democracia. Não se trata, todavia, de algo fácil. A adoção do voto universal não introduz automaticamente valores ligados à idéia de democracia representativa. Não em decorrência de uma ausência qualquer de conhecimentos por parte dos eleitores, mas pelo fato de que o voto, como qualquer outro utensílio institucional, não existe num vazio cultural ou social.

O que procuramos mostrar foi como, nos marcos da política faccional, o voto, antes de ser uma escolha, tem o significado de uma adesão; antes de ser pensado como uma indicação de representantes ou mandatários, é concebido como gesto de identificação com uma facção; antes de consistir numa decisão individual, constitui um processo, envolvendo unidades sociais mais amplas que simples indivíduos ou redes de relações pessoais. Isso, no entanto, longe de transformar as eleições em algo secundário, indica sua importância central para a continuidade das relações sociais em determinado tipo de sociedade e sua articulação com a própria temporalidade dessa última.

Parece-nos que essa importância social do processo eleitoral — identificado, em comunidades como as que estudamos, com a própria política — e o significado objetivo, isto é, socialmente compartilhado, do voto, podem nos ajudar a entender o porquê de inovações institucionais, mesmo radicais, afetando o sistema eleitoral, ou mudanças sociais importantes, como as que são associadas à monetarização da economia, serem, com relativa facilidade, reapropriadas e reinterpretadas pelos que fazem operar esse sistema, ao qual, apesar da idade, não falta plasticidade. Podem também iluminar o porquê de, ainda hoje, um século depois da adoção do sistema republicano e dos princípios da democracia representativa, alinharmos democracia, representação, partidos, voto, cidadania, como utopias.

SUMMARY

In this work we sustain that, unlike other activities, politics are not thought as a permanent activity. It is bounded to a particular period, the electoral period, symptomatically designated as the time of politics. The time of politics represents the moment at which factions (the actual parties) are identified and when, so to speak, they fully exist, in open conflict. If outside the time of politics the faction is practically restricted to political leaders and some few followers, the dispute constitutes a moment to incorporate the largest possible number of people and becomes essential for what it represents, not only in terms of votes, but as public demonstration of force. More than an opponent's electoral defeat, what matters in this kind of dispute is making the faction get mixed up with the whole society.

What we sought to show was how, in the landmarks of the factional politics, the vote, before being a choice, has the meaning of an adhesion; before being thought of as an indication of representatives or agents, it is conceived as an identification gesture with a faction; before consisting in an individual decision, it constitutes a process involving units which are wider than simple social individuals or nets of personal relationships. This, however, far from transforming the elections in something secondary, indicates its central importance for the continuity of social relationships in certain type of society and its articulation with the latter's own temporality.

Key words: vote, time of politics, adhesion.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAILEY, F.G. (1971). "Gifts and Poison". In: F. G. Bailey (ed.), *Gifts and Poison: The Politics of Reputation*. Oxford: Basil Blackwel.

CASTRO, Monica Mata Machado de. (1992). "Eleições: quem decide o quê. Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20: 7-21.

GARRIGOU, Alain. (1988). "Le secret de l'isoloir". *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*, 71-72, março: 22-45.

HEREDIA, Beatriz M. Alasia de. (1979). *A Morada da Vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HEREDIA, Beatriz M. Alasia de. (1996). "Política, Família e Comunidade". In: M. Palmeira e M. Goldman, (orgs.), *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro: Contracapa.

PALMEIRA, Moacir. (1992). "Voto: Racionalidade ou Significado?". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 20: 26-30.

PALMEIRA, Moacir. (1996). "Política, Facções e Voto". In: M. Palmeira e M. Goldman (orgs.), *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contracapa.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. (1976). *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega.

ROSANVALLON, Pierre. (1992). *Le Sacré du Citoyen*. Paris: Gallimard.

SÁ, Maria Auxiliadora Ferraz de. (1974). *Dos Velhos aos Novos Coronéis (Um Estudo das Redefinições do Coronelismo)*. Recife: UFPE/PIMES.

SEYFERTH, Giralda. (1990). *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: UNB.

SÁBATO, Hilda. (1995). "Elecciones y prácticas electorales en Buenos Aires, 1860-1880. Sufragio universal sin ciudadanía política?". In: Antonio Annino (org.), *Historia de las Elecciones en Iberoamérica, Siglo XIX*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

VILAÇA, Marcos Vicinius e ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. (1965). *Coronel, Coronéis*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.